Uma breve história do Brasil

A brief history of Brazil

Iconografia Rupestre do Pantanal, 2008
Rock Iconography of Pantanal

Ana Luiza Freitas de Andrade

A brief history of Brazil

The Far West

The image of Brazil as a country of continental dimensions, characterized by great physical, socioeconomic and social diversity is widely accepted today. When it comes to writing the Brazilian history, however, diversity has represented a major challenge. For a long time historiography provided a rather simplified, sometimes openly reductionist, view of our history: "Black slavery, latifundios and monoculture. In the beginning of the 1960s", as put by Ciro Flamarion Cardoso, "were said to lie at the basis of the Brazilian economy from the 16th to the 19th century, being a result of its integration to the world market as a subsidiary of Europe, a producer of tropical articles and, later on, of precious metals". That "simplifying perspective" said the author, "did not take into account the considerable socio-economic complexity of Brazil" (CARDOSO, 2000, p. 95).

A similar idea was conveyed by João Luís Fragoso, who said that "despite the hegemonic presence of the exporting, slave-based production, the country cannot be seen only in terms of coffee and sugar plantations. The 19th century, just like the colonial history of Brazil", he concludes, "is far more complex." (Ibid., 2000, p. 145).

Fortunately, that started to change in the 1970s: with the "gradual rejection of dependence theories as an explanation to the persistent underdevelopment of Brazil", history studies started to recognize that, "although the activities related to exports would always prevail and drive economic development in general, there was also an internal dynamics that did not necessarily follow the logic of the colonial pact". So, instead of the classic "great summaries", the new

Uma breve história do Brasil

O Extremo Oeste

É hoje amplamente aceita a imagem do Brasil como um país que, em suas dimensões verdadeiramente continentais, abriga grande diversidade, tanto em termos físicos quanto socioeconômicos e culturais. Quando se trata, contudo, de escrever a história nacional, tal diversidade tem representado um grande desafio. Durante muito tempo a historiografia tendeu a retratar nossa história de maneira muito simplificada, quando não francamente reducionista: “Escravidão negra, latifúndio e monocultura. No início da década de 1960”, observou Ciro Flamarion Cardoso, “afirmava-se ser esse o conjunto de fatores em que se assentara a economia brasileira do século XVI ao XIX, como resultado da sua forma de integração ao mercado mundial na qualidade de área subsidiária da Europa, produtora de artigos tropicais e, posteriormente, de metais preciosos”. Tal “perspectiva simplificadora” acrescentava o autor, “não vislumbrava a considerável complexidade econômico-social brasileira” (CARDOSO, 2000, p. 95).

No mesmo sentido manifestou-se João Luís Fragoso, para quem, “apesar da presença hegemônica da produção escravista-exportadora, o país não pode ser limitado à *plantation* açucareira e cafeeira. O século XIX, assim como a história colonial do Brasil”, conclui ele, “é mais complexo do que isso” (ibid., 2000, p. 145).

Felizmente, isso começou a mudar a partir da década de 1970: com “a gradual rejeição das teorias da dependência como capazes de explicar o persistente subdesenvolvimento brasileiro”, passou-se a reconhecer que, “embora as atividades ligadas à exportação sempre predominassem e nortegassem os rumos gerais do desenvolvimento econômico, havia, também, uma dinâmica interna que não obedecia, necessariamente, à lógica do pacto colonial”. Assim, ao invés das clássicas “grandes

historiographic scenario would be characterized by “regional studies, more focused on the differences and nuances which marked the Brazilian reality in terms of both space and time.” (LIBBY, 1995, pp. 99-100).

All that considered, in this text I attempt to raise awareness about the rich diversity found in our national history. In order to do so, I have chosen to write about the history of the territory section that Sérgio Buarque de Holanda, having the captaincy of São Paulo as a reference, named the Far West. Roughly speaking, they are the areas that form the state of Mato Grosso do Sul and the southern border of Mato Grosso nowadays.

Those spaces, just like others all over Brazil, are sometimes thought of as simple cases of a “peripheral and dependent” insertion in the national setting. Certainly, nobody could ever deny that, in the process of land integration of what would eventually be called Brazil, the Far West took up a peripheral position. However, its history is not a mere appendix of the “nation’s history”; quite the opposite, it was in the Far West that the national fate was decided, at times.

That region entered the history of the western world in the first half of the 16th century, in the first decades of the European Conquest of America. The Spanish conquest was taking place, marked by the foundation of the first Buenos Aires (1536), of Asunción (1537) and, closer to the end of the 16th century, of the city of Santiago de Xerez – nowadays the state of Mato Grosso do Sul. A notable – and absolutely casual – event in the beginning of the 18th century would deeply affect the history of that region and of a great part of South America.

I refer to the discovery, in 1718, of rich deposits of alluvial gold in the area currently known as the city of Cuiabá. That finding – by the *Bandeirantes* (17th century Portuguese settlers and fortune hunters), who used to stay there to capture Indians to work as slaves – led to a drastic redefinition of the Portuguese America boundaries. It was only then that the Portuguese Crown included those goldfields and their surroundings under its domain, since the region had not attracted any Iberian empires before. That was the origin of the captaincy of Mato Grosso (1748) and of the agreement known as the Treaty of Madrid (1750), which basically outlined the future shape of Brazil.

The Portuguese occupation of the Far West also helped create two of the most influential Luso-Brazilian nationalist myths. One of them is the popular narrative that shows the *Bandeirantes* from São Paulo as

sínteses”, o novo panorama historiográfico passava a caracterizar-se por “estudos regionais, mais atentos às diferenças e às nuances que tanto marcaram, no espaço e no tempo, a realidade brasileira” (LIBBY, 1995, pp. 99-100).

Tendo tudo isso em vista, no presente texto procuro contribuir para um melhor conhecimento da rica diversidade que se encontra no interior da história nacional. Para tanto, escolhi abordar a história daquela porção territorial que Sérgio Buarque de Holanda, tendo como referência a capitania de São Paulo, alcunhou de *Extremo Oeste*: os espaços hoje correspondentes, *grosso modo*, ao estado de Mato Grosso do Sul e à porção meridional do estado de Mato Grosso.

Esses espaços, assim como outros pelo Brasil afora, são às vezes pensados, ainda hoje, como simples casos de uma inserção “periférica e dependente” no todo nacional. De fato, a ninguém ocorreria negar que, em seu processo de integração ao conjunto que viria a ser conhecido como Brasil, o Extremo Oeste ocupou uma posição periférica. Disso, contudo, não decorre que sua história constitua mero *apêndice*, por assim dizer, da “história pátria”; ao contrário, no Extremo Oeste moldaram-se, por vezes, os próprios destinos nacionais.

Essa região emergiu para a história do mundo ocidental já na primeira metade do século XVI, vale dizer, nas primeiras décadas da Conquista europeia da América. Tratava-se, no caso, da conquista espanhola, balizada pela fundação da primeira Buenos Aires (1536), de Assunção (1537) e, mais para o final do século XVI, da cidade de Santiago de Xerez, em terras do atual Mato Grosso do Sul. No início do século XVIII, contudo, um notável evento – aliás absolutamente casual – viria afetar profundamente a história não só dessa região como de grande parte da América do Sul.

Refiro-me à descoberta, em 1718, de ricas jazidas de ouro de aluvião nas imediações da atual cidade de Cuiabá. Tal achado – efetuado por bandeirantes que por ali andavam a caça de indígenas para serem escravizados – levou a uma drástica redefinição dos contornos da América Portuguesa. Foi somente a partir dessa época, de fato, que a Coroa lusa tratou de incorporar a seus domínios essas zonas auríferas e suas adjacências – regiões que, antes, não atraíam a atenção de nenhum dos impérios ibéricos. Encontra-se aí a origem da Capitania de Mato Grosso (1748) e, na sequência, o acordo de limites conhecido como Tratado de Madri (1750) – o qual, conforme expressão bastante conhecida, já dava ao Brasil, aproximadamente, seus contornos atuais.

A posse portuguesa no Extremo Oeste gerou também dois dos mais influentes mitos nacionalistas luso-brasileiros. Um deles é a popular narrativa que mostra

selfless heroes and conquerors of an empire. Their incursions into the land would be an alleged effort to “see expanded in this continent the domains of the Portuguese Crown” (HOLANDA, 1986, p. 26).

Another myth, related to the aforementioned one, but less popular nowadays, is the “Brazil Island”, a nationalist narrative created by the Portuguese historian Jaime Cortesão. That idea derives from a certain representation of South America found in many old maps: it shows, inside the continent, a “big lake” with, supposedly, two arms. The arms would be the Amazon River and the Prata River, and Brazil, an island. According to Cortesão, the so-called “Brazil Island” was the cartographic representation of the Portuguese expansionist agenda. It is believed to have been conducted in “close cooperation” between the metropolis and the “settlers” – who, “sometimes in a quite open and evil display of craftiness, used to fill out all the island space on the map with successive entries to the land” (ibid., 1986, pp. 92-93).

Having rejected this approach, Sérgio Buarque de Holanda highlights that the truth behind the *Bandeirante* mythology is that “they were constantly impelled, even in great Entries (from “Entries and Flags”, a series of expeditions to colonial Brazil between the 17th and 18th centuries, organized, respectively, by the Portuguese Crown and private entrepreneurs), by the saddening demands imposed on everyday, domestic life: they used to fight stubbornly against poverty, and, to overcome it, they would not hesitate in conquering increasingly larger areas” (id., p. 26). One can say the myths described herein are only Luso-Brazilian versions of interpretations made by Spanish-American rivals. Regardless of all the long and complex historical process occurred in these parts of South America, this narrative simply shows that the “territory grandeur” of Portuguese America, as stated by the Treaty of Madrid, would have resulted from the craftiness and cunning actions of the Portuguese diplomats. In other words, the principle of *uti possidetis*, adopted by the Treaty (in which sovereignty over a given disputed territory was granted to the State which had already taken possession of it) would have been “provoked, for a century and over” by the Overseas Council in Lisbon, “which, by far, but with firm hand”, would supposedly have guided “the steps of *sertanistas* (*bandeirantes*, or persons who knew very well the inland areas of Brazil) on paths that could be of interest to the Kingdom” (id., p. 90).

Myths aside, the fact is that, since the beginning, the presence of the Portuguese Crown in the Far West is strongly related to political concerns.

os bandeirantes paulistas como heroicos e abnegados conquistadores de um império, cujas incursões ao interior do continente corresponderiam a um suposto empenho de “ver dilatados os senhorios da Coroa de Portugal neste continente” (HOLANDA, 1986, p. 26).

Outro mito, aparentado com o anterior, mas hoje menos conhecido, é o da “Ilha Brasil”, uma narrativa nacionalista produzida pelo historiador português Jaime Cortesão. Essa ideia parte de uma determinada representação da América do Sul, presente em vários mapas antigos, na qual figura, no interior do continente, um “grande lago”, do qual partem dois braços. Tais braços corresponderiam um ao rio Amazonas e outro ao rio da Prata, de modo que o Brasil aparece como se fosse uma ilha. Para Cortesão, tal “Ilha Brasil” era a representação cartográfica de um programa expansionista português, o qual se teria realizado por meio de uma “íntima cooperação” entre a metrópole e os “colonos” – os quais, “sem deixar às vezes de mostrar uma astúcia maquiavélica, tratariam de preencher, através de sucessivas penetrações, todo o espaço insular definido nos mapas” (ibid., 1986, pp. 92-93).

Rejeitando tais visões, Sérgio Buarque de Holanda assinala que a verdade, escondida pela mitologia criada em torno do bandeirante, “é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores” (id., p. 26). Assim, os mitos acima referidos são apenas vertentes luso-brasileiras de uma interpretação originalmente criada pelos rivais hispano-americanos. Desconsiderando todo o longo e complexo processo histórico ocorrido nestas partes da América do Sul, essa narrativa afirma simplesmente que o “engrandecimento territorial” da América Portuguesa, nos termos fixados pelo Tratado de Madri, teria resultado da *astúcia* e das *atitudes ardilosas* da diplomacia portuguesa. Em outras palavras, o princípio do *uti possidetis*, adotado pelo Tratado (pelo qual a soberania sobre um dado espaço disputado foi atribuída ao Estado que já detinha a posse desse espaço), teria sido “‘provocado’, durante um século e mais”, pelo Conselho Ultramarino de Lisboa, “que de longe, mas com mão certa”, teria supostamente guiado “os passos dos sertanistas sobre os caminhos que atendiam ao interesse do Reino” (id., p. 90).

Mitos à parte, o fato é que, desde o princípio, a presença da Coroa portuguesa no Extremo Oeste se apresenta fortemente relacionada a preocupações políticas. Isso fica bastante evidente no que concerne ao território do atual Mato Grosso do Sul. Embora não houvesse, nesse território, nem ouro nem qualquer outra riqueza ime-

That becomes quite clear in the case of the current state of Mato Grosso do Sul. Although that land did not have gold or any other riches to be exploited, it was a strategic route for the movement of the famous *monções* (river expeditions that started in 1719, as a connecting path between São Paulo and Cuiabá). So, in the second half of the 18th century, frontiers with the Spanish domains were protected by essentially military establishments: *Forte do Iguatemi* (Iguatemi Fort) (1767), *Forte Coimbra* (Coimbra Fort) (1775), *Corumbá* (1778) and *Miranda* (1797).

Therefore, since then, being a **border** has been the most important singularity in the historical development of that area, and the State has played a relevant part in such development. Even in the following centuries, the Far West remained as the setting of some decisive moments in the process that forged the Brazilian nationality.

That is the case, for example, of the tragic War of the Triple Alliance against Paraguay (1864-1870), whose political, economic and symbolic consequences marked the subsequent history of our country. Surely that war cannot be explained other than by a big and complex group of factors (among which, regarding Brazil, is the intervention in Uruguay, at the time governed by the *blancos*, allies of the Paraguayan leaders). All in all, two of the most important points of tension in the relations between Brazil and Paraguay, before the war, were related to the Far West: Paraguayan territory claims about the south of Mato Grosso and the Empire's interest in a pass to navigate the Paraguay River, to reach the same province.

Under strong pressure from the Empire, the Republic of Paraguay conceded to Brazil, in 1856 (that is, years before the war), the right to navigation. Since then, the connection between Mato Grosso and the Brazilian shore has been transferred to *via platina*, starting in the Prata estuary, along Paraná and Paraguay river into the continent. The boundary issue, however, remained unsolved.

Considering the war itself, the most important of its settings in the Brazilian territory was the Far West. The Paraguayan invasion, which started in December 1864, took control of all the settlements in the eastern area of the current Mato Grosso do Sul and even threatened the capital of the province, Cuiabá.

After the conflict, the frontiers between Brazil and Paraguay were finally set, but that did not put an end to all the trouble faced by the national State of Brazil regarding sovereignty upon the distant and eccentric Far West.

diatamente explorável, ele era estratégico como área de passagem para as célebres *monções* (expedições fluviais que, iniciadas já em 1719, passaram a efetuar a ligação entre São Paulo e Cuiabá). Assim, já na segunda metade do século XVIII suas fronteiras com os domínios espanhóis foram guarnecidas por estabelecimentos de caráter essencialmente militar: Forte do Iguatemi (1767), Forte Coimbra (1775), Corumbá (1778) e Miranda (1797).

Desde então, portanto, a condição de **fronteira** converte-se na mais importante singularidade do desenvolvimento histórico dessa região, e nesse desenvolvimento os interesses estatais (isto é, políticos, militares) assumem um grande peso. Assim, no Extremo Oeste continuaram a jogar-se nos séculos seguintes, alguns dos mais importantes lances do processo de formação da nacionalidade brasileira.

Este é o caso, por exemplo, da trágica Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), cujas consequências políticas, econômicas e simbólicas marcaram profundamente a história posterior de nosso país. É claro que essa guerra não pode ser explicada senão por um amplo e complexo conjunto de fatores (entre os quais se destaca no que concerne ao Brasil, a intervenção no Uruguai, então governado pelos *blancos*, aliados dos dirigentes paraguaios). De todo modo, dois dos mais importantes focos de tensão nas relações Brasil-Paraguai, antes da guerra, relacionavam-se com o Extremo Oeste: as reivindicações territoriais paraguaias referentes ao então sul de Mato Grosso e o interesse do Império na liberação do trânsito de suas embarcações pelo rio Paraguai, com destino à mesma província.

Sob forte pressão imperial, a República do Paraguai concedeu ao Brasil, já em 1856 (isto é, vários anos antes da guerra), o desejado direito de navegação. Desde então, as comunicações entre Mato Grosso e o litoral brasileiro passaram a fazer-se pela *via platina*, isto é, aquela que, começando pelo estuário do Prata, segue pelos rios Paraná e Paraguai em direção ao centro do continente. A questão de limites, contudo, permaneceu em aberto.

Com relação à guerra em si, o mais importante de seus palcos, em território brasileiro, foi justamente o Extremo Oeste. A invasão paraguaia, iniciada em dezembro de 1864, tomou todas as povoações existentes na porção ocidental do atual Mato Grosso do Sul e chegou mesmo a ameaçar a própria capital da província, Cuiabá.

Após o conflito, as fronteiras entre Brasil e Paraguai foram finalmente definidas, mas isso não significou o fim das atribulações do Estado nacional brasileiro com relação à soberania sobre o distante e “excêntrico” Extremo Oeste.

Concern was then placed upon on the contradictory meanings of *via platina*. From a merely logistical point of view, it served very well the needs of that region, since the only alternative to it were the uncomfortable, long and costly inland paths, either by the river (in routes like those of the *monções*) or by land (in old cattle roads, not proper for the regular traffic of vehicles). In political and strategic terms, the situation was quite the opposite, for taking *via platina* meant to travel through the territory of two foreign countries (Argentina and Paraguay).

In this respect, the War of the Triple Alliance had been a traumatizing experience: with the block of lower Paraguay, Paraguayan forces managed to keep control of the south of the Mato Grosso province for many years, whereas the imperial troops sent to recover the territory were fighting against all the well-known deficiencies of inland paths. In the post-war period, Brazilian leaders feared the possibility of a conflict with Argentina, and, in case that happened, Brazil would be forbidden access through the Prata estuary.

Such circumstances helped consolidate, among Brazilian leaders, the idea that sovereignty upon the Far West would depend on the good quality of connections inside the country, that is, on a railroad.

That is the origin of the *Brazilian Northwest Railroad* (NOB) – the only one, among other similar projects, to leave the drawing board. Departing from Bauru (SP), the railroad, at first bound for the capital of Mato Grosso (Cuiabá), started to be built in 1905. In 1907, however, its final destination was changed to Corumbá, near the borderline with Bolivia; and in 1914 the stretch between Bauru and Porto Esperança, on the shore of Paraguay River, was inaugurated.

Although the increase of trade between Mato Grosso and São Paulo, mainly focused on bovine cattle, was considered to justify the construction of NOB, it was clearly not a reason strong enough to compensate the high investments demanded. In the São Paulo stretch, a possible justification would be the private interest in the expansion of coffee crops; in the stretch of Mato Grosso do Sul, interests were strictly political and strategic, so much so that responsibility for the work was, since the beginning, taken on by the federal government.

NOB provides the opportunity for discussing an interesting circumstance: in the 20th century, Brazilian leaders attributed to the Far West (especially to the area corresponding to Mato Grosso do Sul nowadays) negative and positive meanings, both contradictorily related to its border issues. Those

As preocupações centravam-se agora nos contraditórios significados da via platina. Do ponto de vista estritamente logístico, essa via atendia muito satisfatoriamente às necessidades da região, haja vista que a única alternativa a ela eram os incômodos, demorados e custosos percursos internos, fossem eles fluviais (em rotas semelhantes àquela das antigas monções) ou terrestres (as velhas estradas boiadeiras, incapazes de permitir o trânsito regular de veículos). Em termos político-estratégicos, entretanto, a situação era bem diferente, pois a via platina implicava no trânsito pelo território de dois países estrangeiros (a Argentina e o Paraguai).

A esse respeito, já a Guerra da Tríplice Aliança havia representado uma traumática experiência: tendo bloqueado o baixo Paraguai, as forças paraguaias puderam manter por vários anos a ocupação do sul da província de Mato Grosso, enquanto as tropas imperiais enviadas para reconquistar esse território se debatiam com todas as velhas e conhecidas deficiências dos caminhos interiores. Já no pós-guerra, os dirigentes brasileiros temiam a possibilidade de um conflito com a Argentina, em cuja hipótese seria fechada ao Brasil a própria entrada pelo estuário do Prata.

Em tais circunstâncias, consolidou-se nos círculos dirigentes brasileiros a convicção de que a soberania sobre o Extremo Oeste dependia de uma ligação interna de boa qualidade, vale dizer, uma estrada de ferro.

Esta é a origem da E. F. *Noroeste do Brasil* (NOB) – o único, dentre inúmeros outros projetos semelhantes, que logrou descolar-se do papel. Partindo de Bauru (SP), essa ferrovia, inicialmente dirigida à capital mato-grossense (Cuiabá), começou a ser construída em 1905. Em 1907, contudo, seu ponto final foi alterado para Corumbá, na fronteira com a Bolívia; assim, já em 1914 foi concluído o trecho entre Bauru e o Porto Esperança, às margens do rio Paraguai.

Embora o aumento do comércio entre Mato Grosso e São Paulo, centrado no gado bovino, fosse lembrado para justificar a construção da NOB, ele não era, evidentemente, suficiente para compensar, em termos econômicos, os vultosos investimentos requeridos pela obra. No trecho paulista, a ferrovia ainda poderia justificar-se pelos interesses privados na expansão da cultura cafeeira; no trecho sul-mato-grossense, contudo, ela assumiu um sentido eminentemente político-estratégico, tanto que a obra foi, desde o início, assumida pelo governo federal.

A NOB oferece a oportunidade para a discussão de uma interessante circunstância: no século XX, os dirigentes brasileiros atribuem ao Extremo Oeste (e particularmente à porção correspondente ao atual Mato Grosso do Sul) significados tanto *negativos* quanto *positivos*, ambos contraditoriamente relacionados à sua condição fronteiriça.

issues caused, at the same time, genuine fear (because of risks to national sovereignty) and genuine hope: given the surface of contact with foreign countries, the Brazilian State saw in that region an opportunity to execute part of its continental policy, that is, to gain the support of its “mediterranean” neighbors (Paraguay and Bolivia) and, thus, counterbalance the influence exerted on them by the “rival” Argentina.

So, the change of the initial design of NOB seems to have corresponded, above all, to the plans of the Brazilian foreign affairs policy: “to attract” Bolivia (by offering the country a way out through the Atlantic), and, thus, “to isolate” Argentina. Besides that, the Northwest Railroad had been conceived as part of a transcontinental railroad to follow the Santos-Arica or Santos-Antofagasta route, so that Brazil would have a port in the Pacific.

All these considerations have been updated and reinforced by the Chaco War (1932-1935), when Brazil and Argentina, although officially neutral, took opposite sides: the latter supported Paraguay, whereas our country was in favor of Bolivia. Under the influx of the “continental projection” idea, developed at the time by Mário Travassos, the Brazilian government initiated, in the end of the 1930s, important construction works related to the NOB, all of which were inaugurated in the 1950s. They were: “prolonging” of the railroad, from Porto Esperança to Corumbá; the extension to Ponta Porã (currently part of MS), in the frontier with the Republic of Paraguay; and, most important of all, the Corumbá-Santa Cruz de La Sierra railroad.

To end these brief considerations, I should still mention the *March to the West*. Launched by dictator Getúlio Vargas in 1938, the March was one of the most distinguished moments in the construction process of the Brazilian nation: a “number of ambitious public policies” aimed at “making Brazil a land for Brazilians, effectively occupied by them” (GOMES, 2013, p. 62). In this effort towards nationalization, the extensive frontiers of the Far West were the subject of particular attention.

In the South of Mato Grosso, near the border with Paraguay, the main economic activity (extraction of *yerba mate*) had a kind of “denationalizing” taste, which worried the high powers of *Estado Novo* (or New State, Brazil’s dictatorship in the Getúlio Vargas’ era): the mass of workers was formed by the Paraguayans and almost all the output was directed to Argentina, home of the main yerba mate company around (*Companhia Mate Laranjeira*). Because of that, the federal government barred the company from renovating concessions that benefited its activities,

Tal condição, de fato, suscitava ao mesmo tempo sérios *temores* (em vista dos riscos que ali corria a soberania nacional) e róseas *esperanças*: dada a extensa superfície de contato dessa região com os países vizinhos, o Estado nacional brasileiro vislumbrava ali oportunidades para executar parte de sua política continental, a saber, trazer para seu lado os vizinhos “mediterrâneos” (Paraguai e Bolívia) e assim contrabalançar, e se possível anular, a influência sobre eles exercida pela “rival” Argentina.

Assim, a mudança do traçado inicial da NOB parece haver correspondido, sobretudo, aos desígnios da política exterior brasileira: “atrair” a Bolívia (oferecendo-lhe uma saída pelo Atlântico) e assim “isolar” a Argentina. Além disso, a Noroeste era pensada também como parte de uma ferrovia transcontinental, no traçado Santos-Arica ou Santos-Antofagasta, o que daria ao Brasil um porto no Pacífico.

Todas essas apreciações foram atualizadas e reforçadas por ocasião da *Guerra do Chaco* (1932-1935), quando o Brasil e a Argentina, conquanto formalmente neutros, encontravam-se em campos opostos: essa última apoiava o Paraguai, enquanto o Brasil favorecia a Bolívia. Nesse contexto, sob o influxo do conceito de “projeção continental”, então desenvolvido por Mário Travassos, o governo brasileiro empreende, a partir de fins da década de 1930, importantes obras relacionadas à NOB, todas inauguradas nos anos 1950: o “prolongamento” da ferrovia, de Porto Esperança a Corumbá; o ramal dirigido a Ponta Porã (atual MS), na fronteira com a República do Paraguai; e, especialmente importante, a ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra.

Para encerrar estas breves considerações me resta ainda mencionar a *Marcha para Oeste*. Lançada pelo ditador Getúlio Vargas em 1938, a *Marcha* constitui um dos momentos mais destacados do processo de construção da nação brasileira: por meio de “um conjunto de ambiciosas políticas públicas”, o que se visava era “tornar o Brasil uma terra de brasileiros, por eles efetivamente ocupada” (GOMES, 2013, p. 62). Nesse esforço de nacionalização, foram objeto de particular atenção as extensas fronteiras do Extremo Oeste.

No sul de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai, a principal atividade econômica (a extração da erva-mate) apresentava contornos “desnacionalizadores”, os quais inquietavam os altos escalões do Estado Novo: a grande massa dos trabalhadores era formada por paraguaios e praticamente toda a produção era destinada à Argentina, onde aliás se situava a matriz da principal empresa erva-teira da região (a Companhia Mate Laranjeira). Assim, o governo federal barrou a renovação das concessões que beneficiavam aquela empresa, impôs taxas sobre a erva por ela exportada, apoiou os outros produtores presentes na região

imposed taxes on the exported herb, gave support to other local producers and put all the area under the jurisdiction of the Federal Territory of Ponta Porã, created in 1943. As a last nationalizing effort, came the implementation of the National Agricultural Colony of Dourados (CAND, 1943), where many Brazilian colonists were taken to, especially the poor northeastern farmers.

I hope that, by means of this short text, I have been able to demonstrate that our history cannot be seen from a general perspective, or based only on the reality of Central-South coastal areas of Brazil.

References

CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho na Colônia. In: *História geral do Brasil*. Maria Yedda Linhares (Org.) 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 95-110.

FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a República dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: *História geral do Brasil*. Maria Yedda Linhares (Org.) 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 144-187.

GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: *Olhando para dentro: 1930-1964*. Ângela de Castro Gomes (Coord.) Madrid, Fundación Mapfre; Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2013. p. 41-89. (Col. História do Brasil Nação, v. 4).

HOLANDA, Sérgio B. de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria da Cultura, 1986.

LIBBY, Douglas C.. Notas sobre fontes para a história econômica do Brasil. *América Latina en la historia económica. Boletín de fuentes*, México, n. 3, p. 99-106, 1995.

e colocou toda a zona ervateira sob a jurisdição do Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943. Finalmente, como coroamento dos esforços nacionalizadores, foi ali implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND, 1943), na qual foram assentados milhares de colonos brasileiros, principalmente camponeses pobres do Nordeste.

Espero, enfim, haver contribuído com este breve texto, para demonstrar que a história brasileira não pode ser generalizada a partir de análises efetuadas com base na realidade das áreas litorâneas do Centro-Sul.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho na Colônia. In: *História geral do Brasil*. Org. por Maria Yedda Linhares. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 95-110.

FRAGOSO, João Luís. O Império escravista e a República dos plantadores. Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: *História geral do Brasil*. Org. por Maria Yedda Linhares. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 144-187.

GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: *Olhando para dentro: 1930-1964*. Coord. por Ângela de Castro Gomes. Madrid, Fundación Mapfre; Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2013. p. 41-89. (Col. História do Brasil Nação, v. 4).

HOLANDA, Sérgio B. de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria da Cultura, 1986.

LIBBY, Douglas C.. Notas sobre fontes para a história econômica do Brasil. *América Latina en la historia económica. Boletín de fuentes*, México, n. 3, p. 99-106, 1995.

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Licenciado em História (FUCMT, 1982), mestre em História (Unesp/Assis, 1992), doutor em História Econômica (USP, 1999) e professor titular da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados, MS), onde atua nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História e no Programa de Pós-Graduação em História (mestrado e doutorado).

Bachelor in History (FUCMT, 1982), master in History (Unesp/Assis, 1992), PhD in Economic History (USP, 1999) and full professor at UFGD (Federal University of Grande Dourados, MS) in the History Faculty and in the Master's and Doctoral Programs in History.